

ATA - SMDF/OBSERV

ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E FEMINICÍDIO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, na sala do BRB LAB localizada no Parque Tecnológico de Brasília, Granja do Torto, realizou-se a 1ª reunião do Comitê Gestor do Observatório de Violência contra a Mulher e Feminicídio, criado pelo Decreto Nº 45.174, de 21 de novembro de 2023 que criou o Observatório de Violência contra a Mulher e Feminicídio, e regulamentou a Lei nº 6.292, de 23 de abril de 2019 que instituiu a Política Distrital para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra Mulher - Observa Mulher-DF; sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal. Participaram da reunião os seguintes membros: Rachel Heringer Salles, Secretária Executiva do Observatório, Letícia Araújo, Assessora Especial do Observatório, e os membros integrantes do Comitê Gestor do Observatório, a saber, Vanessa Salmato (Casa Civil), Maria Saete Queiroz (IPEDF), Leciana Lambert e Zênia dos Santos (Secretaria de Saúde), Rosineide Sá (Secretaria de Segurança Pública), Bárbara Santos (Secretaria de Desenvolvimento Social) e Paula Cavalcante (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho). Inicialmente, Rachel cumprimentou os presentes em nome da Secretária da Mulher, Giselle Ferreira, que não pôde estar presente. Em seguida, iniciou a apresentação (Apresentação 134834874) com a leitura do Expediente da reunião, contendo os seguintes itens: A. abertura dos trabalhos; B. assinatura de lista de presença; C. leitura do expediente e da pauta; D. aprovação da ata anterior; E. comunicados; F. arrazoados; G. discussão; H. votação; I. assuntos diversos; J. encerramento. Ao concluir a leitura do expediente (item A), sem sugestões ou pedidos de mudança, seguiu-se à leitura da pauta da reunião contendo os seguintes itens: regimento interno, objetivos do Observatório, novo portal; dados estatísticos de 2023, e reformulação; os quais passaram a ser tratados com a sugestão de que a apreciação do regimento passasse à próxima reunião do comitê gestor, no final de março, para que os membros tivessem mais tempo para apreciar a minuta do regimento, que havia sido previamente aprovada pela Secretaria da Mulher e disponibilizada alguns dias antes da reunião (Apresentação 134835140). Ato contínuo, mediante acordo dos presentes, Rachel verificou se todos já haviam assinado a lista de presença (item B). Em seguida, Letícia realizou a leitura da ata da reunião anterior (item D) e, sem apontamentos, foi aprovada a ata pelos presentes. Em seguida, Rachel iniciou os comunicados (item E), quando foi apresentado

o calendário de reuniões para o ano de 2024, com reuniões mensais, sendo intercalada reuniões presenciais e online, com a possibilidade de intercalar os assuntos abordados devido ao volume e diversidades dos tópicos, podendo, por exemplo, um assunto ser tratado em intervalo de 2 ou mais meses. Vanessa Salmito ponderou sobre o risco de descontinuidade das discussões no caso de reuniões com muito espaçamento entre elas, porém Rachel esclareceu que é apenas uma sugestão, cabendo ao próprio comitê sugerir as pautas e pedir ajustes. Outro comunicado foi em relação aos dados estatísticos de 2023 que são publicados no portal www.observatoriodamulher.df.gov.br. O Observatório fez um levantamento dos dados enviados ao Observatório via SEI no ano de 2023, alertando os presentes para que cada secretaria atualize e envie os dados pendentes. Diante disso, Rachel observou a necessidade de uma visita para cada secretaria, individualmente, para identificar a situação de cada uma e tratar encaminhamentos de forma específica para cada caso. Foi contextualizado por Rachel, ainda, que a criação do Observatório se deu no contexto da crise de pandemia do Coronavírus, havendo tido, há 3 anos atrás, a necessidade de ter o Observatório funcionando rapidamente e de dar respostas imediatas para a sociedade no tocante à situação da mulher. Assim, os dados começaram a ser publicados mediante a decisão de cada secretaria quanto a quais dados compartilhar, e a partir de então o Observatório passou a cobrar o envio desses dados, sem haver tido, desde então, a análise, interpretação, discussão entre os membros ou melhoria desses conteúdos. Diante dessa situação, é preciso reconhecer a necessidade de avaliar continuamente quais dados enviar e entender se eles cumprem, e como o fazem, as determinações legais. Rachel ressaltou, por fim, que desde 2023 o Observatório vem sendo fortalecido, gradualmente, considerando que nos anos anteriores havia apenas uma secretária executiva no Observatório em regime de dedicação não exclusiva, não havia assessoria nomeada nem qualquer outra atividade nas demais dimensões do trabalho, tal como gestão da tecnologia da informação, pesquisas, discussões e debates, etc. Pelo exposto, conclui Rachel, são esperados avanços daqui por diante. O encaminhamento, então, ficou sendo a marcação das datas dessas reuniões, com cada membro do Comitê Gestor. Ainda no item E do expediente, foi comunicado que o Observatório está publicando as atas no site da Secretaria da Mulher e que a assinatura das atas se dará via Bloco de Assinaturas do SEI. Ato contínuo, Rachel lembrou os presentes quanto às competências legais do comitê gestor, indagando os membros como eles se enxergam nessas competências, quais seriam os desafios ao seu cumprimento, como estaria o tempo para se dedicar às demandas do comitê. A Secretaria de Saúde (SES) apontou que entende seu papel como sendo entender e realizar um diagnóstico junto com as outras

secretarias para ter uma melhor visão de como está a questão da violência contra a mulher, trazendo reflexões sobre esse assunto, e também fornecer as informações e dados que possui sobre a realidade da mulher, como já vem sendo feito. A SES pergunta, então, quem seriam os visitantes do portal e qual a quantidade de visitas que o portal do observatório recebe. Hoje o Observatório tem uma média de 1.200 visitantes únicos por mês, informou Rachel, sendo a maioria pesquisadores, especialistas e estudantes. Findos os comunicados, Rachel passou para a discussão e votação (item F) dos dois assuntos da pauta: objetivos do observatório e o novo portal. Rachel fez a leitura dos objetivos, conforme apresentação, e seguiu-se à leitura e discussão dos objetivos. Os objetivos apresentados para o Observatório foram os propostos conforme a minuta do regimento interno, previamente aprovada pela Secretaria da Mulher. E então seguiram-se as discussões. Zênia Santos sugeriu ajustes na redação dos objetivos, já que em sua visão alguns itens expressavam ações contidas em outros itens que, estes sim, seriam objetivos. Então, os objetivos foram identificados, por exemplo, como sendo: - coordenar o portal, - padronizar coleta de dados, e - formular e implementar políticas públicas. Já produzir diagnósticos seria uma ação contida na formulação e implementação de políticas públicas, e fazer cumprir a lei já se subentende se que é algo inerente à própria existência da lei. Sem mais delongas, o comitê deliberou pela aprovação dos objetivos do Observatório mediante os ajustes na redação dos objetivos citados. Em seguida, passou à apreciação o próximo tópico da pauta, o novo portal e as mudanças que irão ocorrer nos próximos meses, a partir de um projeto de pesquisa em parceria da FAPDF chamado Observatório 4.0, no âmbito do programa Observa, Garota!, que foi selecionado como um dos mais inovadores do DF em dezembro de 2023 e que irá se debruçar sobre recursos avançados de tecnologia para a atualização do portal. Foi aberto um espaço para os membros do comitê falarem sobre as expectativas e possíveis melhorias do portal. A Secretaria de Desenvolvimento Social sugeriu divulgar melhor o que é o Observatório para as secretarias. Disse também que o que é realizado pelo Observatório não se restringe ao envio e tratamento dos dados, também abrange discussões técnicas e outros objetivos a serem discutidos no âmbito do comitê gestor. A Vanessa Salmito (CACI) sugeriu colocar no portal um espaço com todas as legislações referentes à mulher, como fonte de informação sobre a mulher no âmbito do Distrito Federal. Para que ao entrar no portal tenha além das informações estatísticas e dados, um ambiente todo voltado para a mulher, podendo buscar na legislação também formas de ampliar o conhecimento. Por exemplo, colocar a Lei Maria da Penha, a Lei dos Órfãos do Femicídio, dentre outros. Vanessa compartilhou com os presentes que a Casa Civil está buscando inserir no Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF (SINJ-DF)

a palavra-chave de busca “mulher”, que atualmente não existe no sistema. Rachel, pontuou, em seguida, que o próprio Observatório poderia colaborar com a solicitação junto ao SINJ-DF, caso necessário, visto que a atual capacidade de desenvolvimento de novas funcionalidades e novos conteúdos do portal encontra-se bastante limitada, ainda mais para conteúdo de tamanho volume. Seguidamente, ainda sobre as expectativas do novo portal, Rosineide Sá (SSP) apontou como ideia de melhoria dos serviços do Observatório a construção de um aplicativo, para ter informações à mão em uma fonte confiável. Pois, quanto antes o governo se antecipa em relação à disponibilização da informação confiável e oficial, mais será dada credibilidade das ações realizadas. O aplicativo é um serviço rápido e ágil, prossegue ela, para aqueles que buscam uma rápida informação como a imprensa e principalmente de uma fonte oficial. Sendo o Observatório um local onde concentram-se todas as informações da situação da mulher, seria uma ideia interessante o aplicativo num planejamento de médio e longo prazo. Mediante a concordância dos presentes, ficou aprovada e registrada a sugestão, e seguiu-se a reunião com considerações pontuais e diversas, com destaque para a necessidade de uma linguagem no portal que dialogue com seus públicos e com a população de modo geral, algo fácil de ser compreendido pela população. Uma linguagem clara e acessível, que permita atender diversos públicos e necessidades. Após a discussão desses assuntos, Rachel pontuou que hoje o Observatório está trabalhando para melhorar o processo de publicação dos dados estatísticos no portal, e perguntou sobre a possibilidade de apoio dentro de cada órgão para ajudar, por exemplo, no tratamento dos dados para a publicação. Rachel consultou ainda a opinião de Salete (IPEDF), quanto ao uso de uma ficha técnica padrão para todos os indicadores e dados do portal, como forma de melhorar a qualidade das análises e das informações, com o que Salete absolutamente concordou que sim. Por fim, a Secretária Executiva, Rachel Heringer Salles, encerrou os trabalhos lembrando que na escala de maturidade Data-Driven Maturity Report o Observatório pontua 2/5, havendo muito o que avançar, e agradeceu a presença e entusiasmo de todos diante das oportunidades e desafios do Observatório. Nada mais havendo a ser tratado, a Secretária Executiva encerrou a sessão às 16h30 horas. Eu, RACHEL HERINGER SALLES, lavrei a ata que será inserida no processo o nº04011-00003802/2023-99, por meio do Sistema Eletrônico de Informação – DF, para ser assinada pelos participantes e publicada no sítio eletrônico do Portal do Observatório, da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal.